

FORMAÇÃO DE CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS E OS REFLEXOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Gilmara de Fátima Dorino da SILVA¹

Mariana ALVES²

Andréia Cristina da Silva ALMEIDA³

RESUMO: A construção desse trabalho tem como objetivo abordar fatores que levam sujeitos a viverem em situação de rua, bem como identificar as principais demandas que carecem de atendimento para que essa população seja respeitada como cidadãos de direitos e principalmente como seres humanos com igualdade de acesso a bens e serviços necessários para o desenvolvimento humano e social.

Palavras-chave: Movimento Social. Direitos Violados. Classes Sociais. Morador de Rua. Reflexos.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe a reflexão e o debate sobre a divisão de classes sociais e a importância da organização dos movimentos sociais na luta e na defesa dos direitos e dos interesses em comum de determinados grupos e/ou causas. O trabalho apresenta fatores históricos que constituíram a sociedade de classes e originou a formação de diversos movimentos sociais, sendo que para melhor compreensão do tema em questão, define-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) como objeto de pesquisa.

De início será apresentado o conceito de classes e de movimentos sociais com uma breve apresentação de alguns movimentos organizados para então focalizar no objeto de pesquisa que é o movimento social da população em situação de rua, partindo da questão da violência que originou o surgimento do MNPR, posteriormente, o debate será em relação a algumas conquistas alcançadas a partir do MNPR, como a Política Nacional específica para essa população.

¹ Discente do 3º ano do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: gilmaradorino@hotmail.com

² Dicente do 3º ano do curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: andrianaalves35@hotmail.com

³ Docente curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade de Londrina e-mail: andreiaalmeida_@hotmail.com. Orientador do trabalho.

No segmento, o descaso social, a ineficácia das políticas e as dificuldades na efetivação das ações complementam as idéias para a construção desse trabalho. Já o último tópico aborda a situação da população em situação de rua no município de Presidente Prudente com ênfase nas ações de atendimento que são desenvolvidas no município. Por fim as considerações finais das autoras finalizam o trabalho.

Definimos o método dialético histórico para a realização desse trabalho problematizando a historicidade dos fatos a partir das origens dos fatores determinantes da realidade em debate. Conforme a teoria Marxista que “considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais” [...] (MINAYO, 2008, p. 24).

Dessa forma, definem-se as técnicas de pesquisa bibliográficas e eletrônicas que proporcionam o enriquecimento do trabalho por meio da análise dos fatos, além da técnica de entrevista que complementa as idéias sobre o enfrentamento da demanda sobre as pessoas em situação de rua.

2 CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS.

Para falar de classes e movimentos sociais é preciso esclarecer o que são e como surgiram tais denominações, sendo que em relação às classes sociais, pode-se dizer que significa a junção de pessoas que formam um grupo cujos integrantes possuem comportamentos e características em comum em relação ao meio social e econômico em que estão inseridos.

Desta forma, entende-se que o pertencimento de classe é definido pelo modo de produção e a divisão social do trabalho que formam as relações de exploração e dominação entre classes.

Nesse sentido, o conceito de classe encontra-se diretamente relacionado com a desigualdade social que afeta a humanidade e pode-se afirmar que tal desigualdade provém da apartação social causada pelas relações do homem pelo homem e pelo modo de produção, sendo que essa apartação levou ao surgimento das classes sociais.

Com o surgimento das classes sociais, começaram também os conflitos entre as classes, de um lado a que detinha o poder e os meios de produção e do outro a que vendia a força do trabalho como meio de sobrevivência, sendo que a classe dominante apropriava-se dos bens produzidos pela classe trabalhadora, gerando assim a exploração do homem pelo homem.

Em meio a esse cenário, a classe explorada inconformada e insatisfeita com a situação começou a organizar-se em grupos com objetivo de lutar por melhores condições de vida, essa organização é conceituada como movimento social, ou seja, um grupo organizado para agir coletivamente com intuito de lutar por mudanças sociais dentro de um determinado contexto.

Em suma, os movimentos sociais são formados pela organização de grupos compostos por sujeitos sociais que se mobilizam em busca de alcançar objetivos em comum, no entanto, não se limitam apenas as reivindicações e lutas entre classes econômicas, mas abrange uma imensidão de categorias organizadas na defesa dos interesses e direitos em determinadas causas, conforme observado pelo colaborador do Brasil Escola, Sociólogo Paulo Silvino Ribeiro:

Os movimentos sociais não se limitam a manifestações públicas esporádicas, mas trata-se de organizações que sistematicamente atuam para alcançar seus objetivos políticos, o que significa haver uma luta constante e em longo prazo dependendo da natureza da causa. Em outras palavras, os movimentos sociais possuem uma ação organizada de caráter permanente por uma determinada bandeira.

Assim sendo, os movimentos sociais exercem importância fundamental no desenvolvimento e organização da sociedade, pois é através das lutas mobilizadas que esses movimentos contribuem nas conquistas, efetivação e ampliação dos direitos necessários para o bem estar social.

2.1 A Emergência dos Movimentos Sociais no Brasil

O bem estar social é almejado na sociedade, no entanto, conquistar esse patamar exige grandes esforços, pois em um país cujos valores são medidos pelo 'status social', em que aqueles que não correspondem ao padrão social

estabelecido, sofrem grandes conseqüências tais como a discriminação, a exclusão, o desrespeito, a violência, a falta de oportunidades, entre tantos outros fatores que impedem o desenvolvimento digno da cidadania de grande parcela da população.

Porém, mudar essa realidade depende de muita luta e principalmente da conscientização de classe sobre a condição vivenciada em sua totalidade para que possam desenvolver uma ação organizada na defesa dos interesses coletivos.

Foi a partir desses requisitos que alguns grupos organizados se mobilizaram na luta pela defesa de direitos e interesses em diversas categorias do segmento social. Enumerar os movimentos ocorridos ao longo da história da humanidade torna-se complexo, mas, vale destacar alguns movimentos de impactos que marcaram a história do Brasil a partir do século XX, conforme demonstrado no Portal Educação:

Ditadura Militar; O regime militar brasileiro que durou de 1964 a 1985 levou milhares de pessoas às ruas. No dia 26 de junho de 1968 uma manifestação com mais de 100 mil pessoas no Rio de Janeiro, levaram as ruas jovens que pediam pelo fim do regime autoritário, na época o então presidente Arthur Costa e Silva, negou as solicitações e ainda aprovou um ato que proibia os movimentos sociais, chamado de Ato Institucional N° 5 (AI-5)

Diretas Já: O movimento das diretas já, contou com grande participação e apelo da população, que lutava para estabelecer eleições diretas para presidente no Brasil. Com o aumento crescente da inflação, a crise fez com que o sistema até então governando pelos militares diminuísse cada vez mais. A emenda constitucional foi votada em 25 de abril de 1984, porém ela não foi aprovada, devido a artimanhas de políticos ligados ao regime militar. Porém em 1989 ocorre a primeira eleição direta para presidente, após ser estabelecida na constituição.

Impeachment 1992: Após as eleições diretas para presidente em 1989, elegendo o então presidente Fernando Collor de Mello, a população começou a se manifestar por conta das falhas que seu governo estava apresentando. Os jovens que ficaram conhecidos como caras-pintadas descobriram uma nova forma de protestar exigindo democracia. No dia 29 de setembro de 1992, Fernando Collor, é impedido como presidente do Brasil.

Além desses movimentos que marcaram a história política no país, houve também diversos outros de grande repercussão na sociedade brasileira, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na luta pelas questões do trabalhador rural e do direito à terra especialmente almejando a reforma agrária. Outra mobilização que merece destaque é a realizada pelo Movimento dos

Trabalhadores Sem Teto (MSTs) que tem como objetivo a luta pela reforma urbana com um modelo de cidade mais justa e principalmente pelo direito a moradia.

Os movimentos em defesa dos interesses dos índios, negros e mulheres, também foram destaques na história do Brasil, enfim, são diversos segmentos da sociedade representados pela organização e mobilização de atores sociais em busca de conquistas que possibilitem a garantia de direitos e o desenvolvimento pleno da cidadania.

O item a seguir apresenta um dos movimentos sociais originado pela violência praticada contra seres desprotegidos socialmente e que são quase imperceptíveis perante a sociedade de classes, esses sujeitos encontram-se com total violação de direitos e com níveis de vulnerabilidades elevados e em condições sub-humanas tendo as ruas como habitat e espaço de sobrevivência.

2.1.1 DIREITOS VIOLADOS SOB A PERSPECTIVA DA VIOLENCIA.

Não bastassem as condições precárias que vivenciam as pessoas em situação de rua com a exclusão social e a violação dos direitos fundamentais a vida humana, a população em situação de rua está vulnerável a diversas formas de violência. Esses sujeitos são considerados invisíveis aos olhos da maioria das pessoas que além de excluí-los, ainda os rotulam de marginais, loucos, vagabundos, preguiçosos, drogados, alcoólatras, dentre tantas denominações destinadas às pessoas que sobrevivem das ruas.

No entanto, a população em situação de rua nem sempre está relacionada com o que pensam o senso comum, que acreditam que as pessoas vivem nas ruas por escolhas próprias, na verdade, uma grande maioria dessa população vê nas ruas a única alternativa de suprir necessidades básicas de sobrevivência.

Esse mesmo espaço em que lutam para manter um mínimo de condição de sobrevivência torna-se também o palco das manifestações da violência que

vitimam a população em situação de rua como aconteceu em 2004 na praça da sé na capital paulista entre os dias dezenove e vinte e dois de agosto, em que sete moradores de rua foram assassinados brutalmente enquanto dormiam e outros oito ficaram feridos.

O episódio ficou conhecido como o massacre da sé, e conforme as investigações, o ato foi uma espécie de “cala boca”, pois algumas pessoas que viviam em situação de rua naquele território tinham conhecimento sobre o envolvimento de policiais com tráfico de drogas.

Mesmo diante de tamanha violência, não houve punição para os autores desses crimes bem como para tantos outros que continuam vitimando a população em situação de rua permanecendo assim a invisibilidade social em relação a essa população.

A partir do episódio do massacre da sé, iniciaram as mobilizações organizadas pelos próprios moradores de rua em busca de proteção e defesa dos direitos originando assim O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e a criação de uma política específica de atendimento as pessoas em situação de rua, instituída em 2009 através do Decreto de Lei 7.053.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua prevê em sua normativa diversos benefícios que possam garantir direitos, proteção e dignidade para quem sobrevive nas ruas viabilizando o acesso através dos mecanismos como a implantação de centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua.

Os centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua têm como objetivo identificar as pessoas que vivem nessas condições e prestar atendimento especializado dentro de cada necessidade com intuito de promover a inclusão social respeitando a particularidade de cada situação.

Mesmo com as conquistas obtidas com a criação da Política Nacional e o empenho dos movimentos sociais, não houve muitas alterações nas condições de sobrevivência daqueles que tem as ruas como abrigo, pois a efetividade da política ainda é precária e a violação dos direitos humanos e sociais continua invisível aos olhos da sociedade de classes e do Estado.

3 População de Rua e o Descaso Social

Partindo do ponto de vista de que a política nacional de população em situação de rua, seria apenas mais uma estratégia para desviar a atenção quanto aos reais problemas que levam seres humanos a viverem em condições sub-humanas pelas ruas dos centros urbanos, uma vez que ter um teto para morar é um direito social garantido na Constituição Federal de 1988 que estabelece o direito à moradia como direito social conforme observado no artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (C.F. Art. 6º).

Mesmo que a legislação estabeleça a moradia como direito, infelizmente à efetividade e garantia de direitos em relação à habitação, e diversos outros, não se concretizam, pois a violação ocorre a partir do momento em que o Estado não cumpre seu dever de provedor de direitos.

Porém, a falta de moradia nem sempre é a causa que leva alguém a viver na rua, existem diversos fatores, como por exemplo, problemas emocionais, violência, dependência química, fragilização ou rompimento de vínculos afetivos, desemprego, dentre outros. Fatores esses, em sua maioria, relacionados à violação de direitos, tanto no setor de saúde, educação, segurança, trabalho, lazer, assistência social, bem como a habitação e tantos outros direitos necessários para a sobrevivência e construção da cidadania com dignidade.

Assegurar os direitos fundamentais que possibilitem o desenvolvimento cidadão com humanidade e dignidade é dever do Estado, no entanto, o que ocorre é a omissão e o descaso do Estado transferindo a responsabilidade Estatal para outros setores como a sociedade civil e organizações religiosas e sociais.

Em meio a esse cenário, as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam a sobrevivência nas ruas tornam-se cada vez maiores, pois além do Estado, a sociedade também exclui essa população, sendo assim a única alternativa são os movimentos sociais organizados para o enfrentamento dessa problemática.

As organizações do Movimento Nacional da população em situação de rua têm como objetivo assegurar direitos a essa população esquecida e que sobrevive às margens da sociedade, com a finalidade de promover a inclusão social desses sujeitos de forma que saiam da invisibilidade e que possam construir sua

cidadania usufruindo com igualdade de direitos aos bens e serviços que garantam condições dignas e humanizadas de manutenção da vida.

No entanto, alcançar êxito nas propostas almejadas pelo movimento em relação à problemática, exige grandes batalhas, a começar pela mobilização e conscientização dos atores envolvidos em relação aos direitos humanos e sociais de direito de todos sem distinção de classe social, etnia e/ou gênero, no sentido de que todos estejam engajados na mesma direção, pois somente através do conhecimento, fortalecimento e organização torna-se possível a ação em busca de conquistas que transformem a realidade e garanta a efetivação do que está previsto na legislação, e que na verdade deveria ser concretizado sem que houvesse a necessidade de tantas lutas.

3.1 A REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

De acordo com a política nacional das pessoas em situação de rua, o município de Presidente Prudente através da Secretaria de Assistência Social (SAS) mantém o Centro de Referência Especializado para população em situação de rua (CREAS-POP) que oferece atendimento a esse segmento populacional, com intuito de assegurar os direitos e proporcionar o desenvolvimento de cidadania por meio de ações que possibilitem a construção de uma nova realidade com dignidade e respeito.

A unidade está composta por uma equipe técnica formada por profissionais capacitados que realizam os serviços de abordagem nas ruas, acolhimento e todos os procedimentos necessários em parceria com o Centro de Atenção Psico-Social de Álcool e Drogas (CAPS AD), para que a ação seja transformadora e possibilite a inclusão social de forma digna. Segundo a assistente social Edna Tomiazzi, em entrevista ao jornal o imparcial, 2013, “as pessoas recebem cuidados para que ao final da estadia, possam construir um projeto de vida”.

Dentre as ações realizadas pelo CREAS POP estão também os atendimentos esporádicos que são aqueles em que o morador em situação de rua

procura apenas suprir algumas necessidades imediatas como banho, refeição, pernoite ou solicitação de passagem, porém, não permanecem por muito tempo no atendimento.

Além do centro Pop, algumas entidades religiosas também realizam esses atendimentos no município, através de entregas de refeições, cobertores, roupas limpas, que são levadas ao local em que os moradores estão, ou seja, nas ruas.

Ainda que as ações realizadas pelas organizações religiosas sejam importantes e de boa aceitação por parte da população de rua, pois suprem necessidades momentâneas como a fome e o frio, porém, não possuem caráter transformador, mas sim prevalece o assistencialismo e a caridade podendo até incentivar a manutenção da situação, como observado pela Assistente Social que atua na área de atendimento as pessoas em situação de rua “é como se dizer inconscientemente, fica ai que nós vamos trazer comida pra você, nós vamos trazer cobertor pra você”.

Segundo a profissional, o Creas Pop tem realizado parcerias com as igrejas no sentido de orientar os grupos para que façam sim essas ações, no entanto, que tenham uma proposta além do matar a fome ou o frio, mas que possam realizar um trabalho de ação modificadora da condição que vivenciam esses sujeitos, através da conscientização de que são sujeitos de direitos que merecem todo respeito e proteção e que possam fortalecerem-se enquanto cidadãos para a busca da efetivação dos direitos garantidos.

No entanto para que obtenha êxito, não bastam somente às ações realizadas pelo centro Pop, ou pelas organizações religiosas, mas também existe a necessidade de maior participação social, tanto da sociedade quanto da própria população em situação de rua.

No município de Presidente Prudente não existe nenhum movimento organizado pela população de rua, segundo a Assessora da Secretaria de Assistência Social (SAS) , “as pessoas em situação de rua ainda estão se fortalecendo e não entendem que tem direitos”, essa situação revela uma demanda que necessita de um trabalho intenso para que a população tenha compreensão da condição que se encontram e que estão com seus direitos violados.

Conforme a Assessora da SAS, além da demanda de conscientização e fortalecimento, a questão da saúde chama a atenção, pois a maioria das pessoas

em situação de rua fazem uso de substâncias químicas, “cerca de 98% dos moradores de rua utilizam algum tipo de droga, liderada pelo álcool, seguido da maconha e do crack”, o que significa que a saúde é uma das principais demandas a ser enfrentada para que haja a transformação social desses indivíduos.

Para o enfrentamento dessa questão social o município conta com o trabalho da equipe do CREAS POP em parceria com o CAPS e com a participação de algumas organizações de ordem religiosa o que conforme a Assessora da SAS ainda há muito que se fazer para que tenham a efetividade das ações, pois para que ocorra a transformação, além dos órgãos gestores é necessário também maior participação da sociedade e da população de rua organizada em busca de objetivos comuns para melhoria de qualidade de vida e inclusão social desses sujeitos que sobrevivem na invisibilidade social.

3 CONCLUSÃO

O processo histórico de formação da sociedade de classes demonstra que a apartação social é consequência do sistema capitalista vigente em que o reconhecimento social é definido pelo poder econômico e pela capacidade produtiva, em que aqueles que possuem melhores condições econômicas tem seu reconhecimento e espaço na sociedade enquanto os menos favorecidos pela economia tornam-se alvos de exploração e são excluídos socialmente, assim sendo, precisam lutar para conseguir meios de sobrevivência.

A luta pela sobrevivência originou a organização dos movimentos sociais agindo coletivamente com intuito de lutar por mudanças sociais que propiciem melhores condições de vida. Esses movimentos ganharam fortalecimento de forma que foram além da luta econômica e passaram a lutar pela conquista de direitos humanos e sociais em diversos segmentos da sociedade para garantir o desenvolvimento pleno da cidadania com respeito e dignidade.

O descaso social, a violação dos direitos e a violência são fatores que não permitem o desenvolvimento cidadão levando pessoas a sobreviverem em condições precária se vulneráveis a todo tipo de violência. Temos como exemplo o

episódio da chacina que ocorreu em 2004 na capital paulista em que sete moradores de rua foram assassinados cruelmente.

Mesmo que a Constituição Federal garanta a igualdade de direitos para todo ser humano, a população em situação de rua sofre as consequências da sociedade capitalista, por não estarem enquadrados nos padrões determinados passam praticamente despercebidos pela sociedade e também pelo Estado, do ponto de vista do senso comum, estão nessa condição por opção e não porque foram vítimas do sistema.

Com intuito de transformar essa realidade através das reivindicações do movimento social, foi instituída a Política Nacional para pessoas em situação de rua, estabelecendo ações favoráveis para o atendimento a essa população, porém, a efetividade das ações está muito distante de concretizar o bem estar e promover a transformação social desses sujeitos que tem a rua como espaço de sobrevivência.

O município de Presidente Prudente, atendendo as determinações legislativas desenvolve algumas ações de atendimento a população em situação de rua através do CREAS POP em parceria com o CAPS e com a participação de algumas organizações de ordem religiosa.

As ações são consideradas de grande importância no atendimento às demandas imediatas, porém no decorrer da pesquisa observamos que não são suficientes, pois no município ainda existem lacunas quanto à efetivação dos direitos em sua integralidade para essa população que continua desprotegida pelas ruas da cidade.

Tal fato possivelmente está relacionado com o despreparo e a falta de organização da população de rua que ainda não tem consciência de que são sujeitos com igualdade de direitos, bem como da sociedade que continua rotulando esses sujeitos e não os consideram como membros da sociedade. O poder público e as organizações também tem a responsabilização pela ineficácia das ações transformadoras, pois os mecanismos utilizados ainda são executados mais nas consequências do que nas causas da problemática.

Assim sendo, concluímos que é necessário rever as ações desenvolvidas para que possam realmente alcançar os objetivos propostos pela Política e pelo Movimento Nacional para pessoas em situação de rua.

Entendemos que a mobilização e a sensibilização social, seja uma alternativa, podendo ser executada através de um trabalho amplo de divulgação dos

direitos, deveres e também das causas que podem levar uma pessoa a viver em situação de rua, devendo esse trabalho ser realizado em conjunto com a sociedade, Estado e a população de rua para que todos tenham conhecimento desmistificando assim o senso comum e possibilitando a organização social de forma democrática e consciente na luta pela efetivação dos direitos garantidos na legislação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assistência Social procura reverter situação de vulnerabilidade com moradores de rua. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.>> Acesso em: 23 mar 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em: 19 mar 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar 2016.

BOTELHO, Ynaiê **Para se Proteger do Frio Intenso, Moradores de Rua Procuram Abrigo.** Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br>> Acesso em 26 mar 2016

FURINI, Luciano Antonio. **Modernidade, Vulnerabilidade e População de Rua em Presidente Prudente.** Presidente Prudente, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Principais-Movimentos-Sociais-Brasileiro. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/50881/cidadania>> Acesso em 21 mar 2016.

RIBEIRO, Paulo Silvino **Movimentos Sociais: Breve Definição.** Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>> Acesso em 20 mar 2016.

Violência Contra Morador de Rua Cresce em Todo o País. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2012/03/14/interna_nacional,283317> Acesso em: 21 mar 2016.